

# História Militar Passado e Futuro

Sérgio Paulo Muniz Costa\*

*Alocução proferida em 9 de novembro de 1999, na sessão magna comemorativa do 63º aniversário do IGHMB.*

A História nasceu militar e continua a sê-lo. Heródoto e Tucídides, escrevendo em estilos diferentes, criaram a História a partir das guerras que descreveram. Fukuyama, um dos últimos profetas historiadores do século XX, ousou declarar o fim da História com o desfecho da Guerra Fria. Braudell, um dos criadores da escola dos Anales, consagrou-se com sua magnífica obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico* – centrada no drama da guerra não declarada, travada na Europa do século XVII entre os ibéricos e as potências marítimas emergentes. A Nova Ordem Mundial foi proclamada pela potência vencedora da Guerra do Golfo. Calmon e Varnhagen se sublimaram na descrição dos feitos de armas que explicam a Nação.

A História nasceu com a Geografia e assim permanecem irmãs! Heródoto escreveu sua História com o intuito de descrever o mundo conhecido da antigüidade. Na sua obra, muito mais do que distâncias e fisiografias, está a cultura de povos. Euclides

da Cunha sentenciou que a Geografia precede a História.

Terra e cultura formam um todo do qual a História e a Geografia se ocupam desde há muito tempo. Nosso Presidente do Instituto, o Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, assim se pronunciou a respeito.

“Infelizes são os que se recusam a ouvir a história da terra e dos homem, porque estão condenados a sofrê-la como destino e não têm como entender o relacionamento entre os povos. Infelizes são os que não cultuam suas origens, antepassados, costumes, tradições e valores, porque sucumbem à míngua de fontes de energia para preservação da nacionalidade, além de não compreenderem os anseios e as tendências da cultura nacional.”

No momento em que o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil comemora 63 anos de existência, é oportuno lembrar a todos nós a origem dos historiadores e a natureza do seu ofício, pois o mundo e a humanidade jamais deixaram de estar em guerra ou de se preparar para ela, o que revela o papel pedagógico e político da História no desenrolar da tragédia do poder e da sobrevivência.

\* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Sócio efetivo do IGHMB.

É Doine Dawson que nos mostra em sua magnífica obra *As Origens da Guerra no Ocidente*, recentemente publicada pela Biblioteca do Exército:

“No meado do IV século existia um grande e bem conhecido corpo da literatura grega que, até então, não tinha nome adequado – ainda não era chamado de História –, mas descrito de um modo geral como os escritos dos feitos de guerra ou pesquisas sobre feitos de guerra. Aí se incluíam Heródoto, Tucídides e vários continuadores desse último, englobados sob o título de *Hellenica* (dos quais só Xenofonte sobrevive). Conheciam-se também os relatos dos gregos ocidentais, textos dos escritores de Siracusa, hoje perdidos, sob o título de *Sicelica*. Dava-se como certo que essa literatura era a fonte do conhecimento de tudo sobre a guerra, diplomacia e relações entre Estados.”

A História, que na Antigüidade Clássica nasceu sem um nome adequado, inspirou outras ciências, com elas se amalgamou e ressurgiu multifacetada na recente tradição intelectual do Ocidente. Só muito recentemente, aplicou-se à História o termo militar, num esforço paralelo à especialização do conhecimento que caracterizou o último dos séculos. Essa adjetivação teve conseqüências importantes, porquanto remeteu os feitos dos soldados a um nicho profissional quase hermetico. Embainhado o sabre, o soldado intelectual cumpriu bem o seu papel nesses últimos duzentos anos, não faltando obras preciosas, elaboradas pelo viés pedagógico-profissional, que contribuíram de forma expressiva para a evolução da Arte da Guerra.

Numa circunstância excepcional da evolução da Humanidade, na qual os espíritos de Kant e Goethe brilharam num reino militar, um soldado profissional rompeu aquele

hermetismo e cunhou a sentença: “A Guerra é a continuação da Política por outros meios.” Clausewitz foi, no entanto, uma exceção, sendo seus escritos, geralmente, mal-interpretados por críticos e adeptos extemporâneos ao momento cultural único da Prússia da passagem do século XVIII.

No entanto, o entendimento da totalidade da guerra vislumbrado por Clausewitz no redemoinho das guerras da Revolução Francesa haveria de ser retomado com brilhantismo pelo mais bem sucedido dos neo-clausewitianos deste século, o intelectual Raymond Aron, que, na “paz morna da Guerra Fria”, identificou a inversão da fórmula clausewitiana pela aplicação da praxis revolucionária marxista-leninista à guerra e pelo xeque-mate nuclear. Num mundo globalizado pelas ameaças nuclear e terrorista, onde havia pouco espaço para neutralidades de conveniência, a Guerra seria uma condição constante, cuja continuidade, como instrumento, seria a Política.

Esse momento específico – o meta-conflito do pós-Segunda Guerra Mundial – transformou a História em arma. Em tempo algum da escalada do Homem, nem mesmo durante as guerras religiosas, a História foi tão distorcida, manipulada e ideologizada como nos últimos cinquenta anos. Terminada a Guerra Fria e voltando a predominar a fórmula original clausewitiana, nem por isso podemos garantir que a História foi desarmada ou tornada axiologicamente neutra. José Honório Rodrigues já alertara que “a História é um poderoso instrumento ideológico que pode modelar nosso sentido de identidade, nosso futuro nacional ou o nosso propósito social”.

Os pilares da discórdia – espaço, poder, riqueza e cultura – continuam de pé, sustentando um cenário de incertezas do qual não

desaparecerá a guerra. Terminada a Guerra Fria, continuam a se frustrar as esperanças de paz e justiça no cenário internacional. A *Realpolitik* se confirma como prática corriqueira, em que o cálculo de poder do forte sobre o fraco é tão comum quanto o recomendado pelos solistas do pensamento clássico.

O etnocentrismo vem se manifestando de maneira desagradável nas mais diversas nações do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, ele inspira um professor de tradicional universidade a publicar um livro amplamente divulgado, no qual a superioridade anglo-saxônica é explicada por um viés mediavalista que faz tábula rasa da civilização clássica e romana e condena tudo de todos que não sejam anglo-saxões. Nos Bálcãs, esse etnocentrismo produziu massacres étnicos multilaterais dignos de qualificação nazista, talvez ainda reproduzindo ecos da tragédia ocorrida naquela região durante a Segunda Guerra Mundial. No Timor, mal explicado pela raça, ele deságua num preocupante choque religioso e cultural, já pressentido por Samuel Huntington.

As promessas de um futuro melhor para a Humanidade, com o advento da biotecnologia, são permeadas por ameaças de guerra não muito veladas, proferidas por intelectuais influentes, àqueles países que não chegarem a um consenso razoável com os poderosos a respeito da biodiversidade.

Um indisfarçável mal-estar vai crescendo à medida que se verifica que o louvável sentimento mundial em prol dos Direitos Humanos se mistura com as realidades do poder, tornando unilaterais, discricionárias e utilitaristas as ações originalmente destinadas a coibir abusos inaceitáveis, tudo isso alimentado por um complexo de superioridade cultural que cheira a colonialismo.

A nova face da globalização mundial, viabilizada pela evanescência das fronteiras econômicas e pela tecnologia que injetam ou subtraem dinheiro e informação, não consegue superar a geografia. Os blocos econômicos continuam a se sujeitar aos desígnios da geopolítica, misturando mercados, diplomacia, estratégia, finanças, política, cultura e poder.

Esses aspectos da conjuntura internacional produzem reflexos diretos no papel e na utilização da História como Ciência. Mas a conjuntura mundial se caracteriza principalmente pela mudança, cada vez mais abrangente e freqüente, devido à interação entre as sociedades, a novos equilíbrios de poder e à produção de conhecimentos. Esse último fator, a produção de conhecimentos, repercute intensamente nas sociedades industrializadas, com inevitáveis reflexos nas demais.

A produção de conhecimentos e a sua aplicação atingiu nas últimas décadas deste século uma escala de aceleração exponencial. Oitenta por cento do conhecimento que o homem hoje dispõe foi criado após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, seria em meados dos anos 1970 que começou a se esboçar a nova conjuntura mundial que hoje vivemos. Uma explosão da produção de conhecimentos adveio da reversão do quadro estratégico mundial após o primeiro choque do petróleo, em 1973.

Nos anos 1960, os baixos preços do petróleo haviam conduzido a uma grande dependência das nações industrializadas, particularmente nos setores de automotores, química e eletricidade e a uma medida defensiva dos países produtores, a criação da OPEP. À medida que se evidenciou a dependência dos ricos e que a confrontação econômica se intensificava, crescia a consciência

do valor do petróleo como arma política e econômica. A oportunidade para usar essa arma veio em outubro de 1973 com a Guerra do Yom Kippur entre árabes e israelenses. Os países produtores da OPEP aumentaram, no dia 16 de outubro, os preços de petróleo em 70% e, no dia 23 de outubro, em 128%, desencadeando a maior crise econômica desde a Segunda Guerra Mundial. Os preços se elevaram, a produção parou de crescer nos países ricos, caracterizando a estagnação, enquanto os países pobres sofriam um retrocesso no seu crescimento econômico.

O dinheiro auferido pelos países produtores acabou indo parar no sistema financeiro dos países ricos, surgindo o petrodólar, numa escala de oferta muito maior do que o eurodólar dos anos 1960, provocando nova onda de empréstimos, especulação e endividamento dos países pobres.

A progressiva escalada de preços das matérias-primas no contexto do confronto econômico entre países desenvolvidos e não-desenvolvidos, com seu clímax na crise de 1973, gerou uma resposta dos países industrializados consubstanciada num salto da Revolução Tecnológica. As nações ricas se conscientizaram das desvantagens do beneficiamento de matérias-primas que resultariam em produtos a serem exportados, receando prosseguir na relação instável com os países exportadores. Havia produtos tecnológicos, oriundos da corrida espacial e de outras motivações, aplicáveis nos mais diversos setores de atividade, prontos nas prateleiras, aguardando uma relação de custo-demanda adequada, fosse ela espontânea ou induzida. Surgiu uma nova consciência ecológica, o setor de serviços ultrapassou o industrial e ocorreu um maciço investimento em tecnologia de ponta, que passou a ser exportada

para os países pobres, invertendo o sentido da dependência comercial, aviltando o preço das matérias-primas e aumentando a distância tecnológica entre desenvolvidos e não-desenvolvidos.

Essa nova era econômica mundial transformou o conceito de poder e riqueza nacionais. O aumento exponencial da produção tecnológica selou a Guerra Fria, com uma URSS incapaz de responder o desafio norte-americano representado pelo programa apelidado de Guerra nas Estrelas. O investimento na tecnologia militar, acompanhando um poderoso processo de reforma das Forças Armadas norte-americanas, em particular do Exército, resultou num poder militar que, aplicado no Golfo Pérsico em 1991, caracterizou o predomínio político-militar dos Estados Unidos. O Japão foi então avisado que estavam acabados os dias de tolerância com seu superávit comercial. Os Estados Unidos iniciaram um ciclo de expansão econômica que não dá mostras de esgotamento, sobre o qual se discute nos melhores círculos intelectuais do mundo e do qual, na hora de seu encerramento, depende a estabilidade da economia mundial, conforme a qualidade da aterrissagem, segundo o alerta de Carlos Langoni.

Muito mais do que riqueza explica a atual supremacia norte-americana. É a capacidade de produzir conhecimento numa escala exponencial que fundamenta essa supremacia traduzida militar, econômica e politicamente. Essa é uma explicação histórica para as origens da atual explosão do conhecimento, atribuída diretamente à aplicação de enormes recursos na área de pesquisa, aos avanços da micro-eletrônica, ao surgimento dos grandes laboratórios, centros de pesquisa e bibliotecas voltados para a produção do conhecimento, à associação das universidades com

as empresas e à criação das grandes redes de comunicação.

Essa apreciação do passado recente nos leva inevitavelmente a refletir sobre a preservação e o crescimento do Poder Nacional do Brasil. Que ramo do conhecimento humano explicaria ao príncipe moderno o que fazer para tornar o seu reino próspero, forte e respeitado? Os inúmeros fatores interrelacionados sugeridos na análise das últimas décadas deste século nos dão uma resposta – todos!

A História é o leme da nau de todas as Ciências, deixando sua marca na espuma das águas passadas e dando o rumo nas águas do porvir. Se a estratégia é um fenômeno da História, como asseverou Tucídides, as cogitações do príncipe moderno haverão de estar sempre no plano histórico, orientando todos os esforços do seu reinado. A História se confunde com a Política e a Estratégia, é instrumento de todas as Ciências e se vale de todas elas para suas próprias finalidades. Seria esse o mais elevado nível de compreensão da História, o qual pressentimos estar presente por trás de todos os vitoriosos deste final de século.

Como ferramenta da Ciência Política, a História Militar pode ajudar a entender melhor o Estado, através das lentes de seu preparo e ação na guerra. O papel do soldado, autor e ator da História Militar, no contexto da sociedade e do Estado será sempre um inesgotável manancial para novos produtos agregados do conhecimento. Mas, à luz dos acontecimentos atuais, podemos afirmar também que não se fará História Militar sem a Universidade, instituição maior de conhecimento, nem ela o fará sem a história dos soldados e de seus feitos, pois não é possível encenar uma peça sem atores, nem contar uma história sem acontecimentos.

Para o Exército brasileiro, a História Militar tem renovada importância no contexto do processo de modernização do ensino, um dos componentes do núcleo de modernidade que serve de embasamento para a modernização do próprio Exército. A Política Militar Terrestre, parte fundamental do Sistema de Planejamento do Exército Brasileiro, fixa objetivos gerais, um dos quais é a preservação das tradições, da memória e dos valores morais, culturais e históricos. Objetivo fundamental num contexto internacional onde o predomínio econômico, político e militar da superpotência remanescente se traduz no campo cultural por uma avassaladora capacidade de produção de massa, literária e cinematográfica, e as utopias internacionalistas insistem em negar a nacionalidade. Objetivo que preserva o núcleo de identidade e de vontade do qual brotarão todas as demais ações políticas ou estratégicas.

A Diretriz de Ensino de História Militar para Oficiais e Sargentos do Exército Brasileiro, expedida pelo DEP em 1997, é um programa amplo que regula o ensino da História Militar em todos os estabelecimentos de ensino do Exército, cobrindo toda a carreira do oficial e do sargento. Presente em todos os currículos, na EsPCEEx, na AMAN, na EsAO, nos Cursos de Comando e Estado-Maior e Política, Estratégia e Alta Administração do Exército da ECEME, na ESA, no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos e em todos os cursos de especialização e extensão, a História Militar é estudada de forma sistematizada, segundo objetivos particulares a cada estabelecimento de ensino. Na formação e aperfeiçoamento do oficial, o ensino da História Militar tem três escalas principais. Na AMAN, a formação de uma base cognitiva geral e de uma

atitude favorável ao auto-didatismo; na EsAO, o estudo das operações militares no nível U e GU, centrado na tática; e na ECEME o estudo das operações estratégicas.

Além de contribuir diretamente para a consecução de um dos objetivos gerais da Política Militar Terrestre, a História Militar é um vetor importante para a modernização do ensino, modernização que indica o planejamento da atividade educacional segundo uma cogitação do futuro, privilegia a educação geral, particularmente nos ensinamentos de formação e altos estudos militares, e preconiza, no ensino de formação, a organização de um *core* de conhecimentos que deve servir de núcleo para entender as inovações, sem que tenhamos condições de predizê-las e para elas antecipar um programa educacional.

O estudo dos feitos dos soldados na História do Brasil é uma tarefa complexa, só tornada possível através de uma coerência do legado histórico-cultural da Nação. Nesta quadra final do século, às vésperas dos quinhentos anos do Descobrimento, é possível enxergar uma coerência nos fatos que construíram a nossa História. Os fatos históricos seriam, então, como a imagem de um espelho, através da qual a nacionalidade, despida dos ornamentos das conveniências políticas e intelectuais, veria a si própria como um corpo estruturado e amadurecido. Claro está que essa imagem não é plástica e sim intuída, mais sinestésica nesse nosso caleidoscópio cultural do que explicável pela nossa literatura, o que talvez explique o noviciado de instituições tão caras para nossa modernidade.

Elencar alguns acontecimentos e líderes na nossa História Militar é uma tentativa de explicar o Brasil através de seus feitos e homens de armas. O histórico êxito das nossas

armas em tempos e geografias distintos é causa e consequência da grandeza do Brasil. Causa por não ter sido essa vasta unidade obra do acaso. Consequência pela impossibilidade de o nosso espírito marcial ser maior do que um patrimônio tão auto-suficiente. Pluricontinental na sua formação cultural, coincidência histórica de unidades superpostas, continentalidade explicada por um talento marítimo e único império dentro de suas fronteiras, o Brasil pode, e deve, ser explicado também pelos seus feitos militares personificados em figuras emblemáticas de uma época, acontecimento ou instituição. Afinal, não é difícil reconhecer que a falta ou o fracasso de alguns deles poderia ter nos trazido a um patamar histórico bastante diferente do que hoje nos colocamos face ao passado e ao futuro.

Que Brasil ou quantos e quais Brasis remanesceriam do fracasso da Insurreição Pernambucana, da timidez dos Bandeirantes, da destruição do Exército do Sul no Passo do Rosário, de uma ausência em Monte Caseros, dos destroços da Esquadra em Riachuelo ou Humaitá, de um fracasso em Passo da Pátria, de uma derrota em Tuiuti, de um exército atolado no Chaco, e de centenas de anos de omissão militar na Amazônia? Configurado um rosário de reveses como o exemplificado, provavelmente só restaria perguntar que expressão e relações mútuas teriam hoje uma Guiana recém-independente, confinada entre o São Francisco e o Parnaíba, um colosso equatorial na calha amazônica ancorado no planalto brasileiro, um país limitado pelo rios Iguaçu, Paraná, Araguaia e São Francisco e um estado tampão ao dos rios Iguaçu ou Uruguai.

Qual seria o atual grau de evolução social e política de um Brasil que rompesse o século XX sem linhas telegráficas no seu vasto

interior, persistindo agrário, monocultor e desagregado politicamente sem a Revolução de 1930? Seria possível a industrialização brasileira dos anos 1950 sem o êxito de uma força expedicionária durante a Segunda Guerra Mundial na Europa? Não estaria o êxito da FEB em 1945 vinculado à evolução do Exército desde a reforma de 1808? Qual seria a auto-imagem das Forças Armadas brasileiras omissas ou derrotadas durante o maior conflito da História? A estabilidade política e econômica do Brasil do final do século XX seria possível sem o profissionalismo e os compromissos democráticos das Forças Armadas desde o final da Segunda Guerra Mundial?

Reconhecer o papel de líderes militares como Vidal de Negreiros, Caxias, Tamandaré, Osório, Hermes da Fonseca, Rondon, Góes Monteiro, Mascarenhas de Moraes, Eduardo Gomes e Castello Branco em um contexto histórico tão complexo requer, além disso, uma perspectiva unificadora diante de uma ampla tradição militar, onde as Armas, Serviços e Quadros da Força Terrestre cultuam as figuras de lídimos patronos e de caros heróis, a Marinha de Guerra ostenta façanhas e nomes históricos que explicam a própria grandeza do País e a jovem Força Aérea se orgulha da nacionalidade do Pai da Aviação, da extensão da nação-continente que ajuda a integrar e dos combates que travou em outros céus. Não bastassem referenciais da nossa reflexão histórica, e temos ainda exemplos de patriotismo, civismo e renúncia legados por militares à História do Brasil, desde os seus primeiros anseios de liberdade até os difíceis e gloriosos momentos de escolha dos caminhos da Nação.

Agentes ou produtos de uma estrutura, uma época ou um acontecimento, esses feitos e homens, em conjunto, significam uma

coerência, uma evolução, com suas rupturas e continuidades, que chegam até os nossos dias. Apesar da paixão que as rupturas ou suas expectativas despertam, esse critério nos remete a um esforço de compreensão que privilegia mais as linhas, às vezes um pouco obscuras, das continuidades históricas do que o brilho efêmero dos atos e acontecimentos.

O esforço intelectual cometido por quem hoje estuda a História do Brasil é permeado pela estimulante dicotomia do atual momento brasileiro, no qual a nacionalidade, acicatada pelos desafios da competição internacional e questionada na sua identidade cultural pelos ventos globalizantes, ambiciona a modernidade, pretendendo ao mesmo tempo ser mais antiga do que aqueles limites formais e institucionais do Estado aos quais estávamos habituados. Os sinais desse estado de espírito são evidentes ao testemunharmos nossa associação ao júbilo lusitano na última exposição do século, os preparativos para a comemoração dos cinco séculos do Descobrimento, bem como o resgate e a preservação das origens africanas e dos imigrantes.

Neste momento histórico do final do século XX, o Exército brasileiro, ao se entender nascido nos Montes Guararapes a 19 de abril de 1648, intitucionaliza a tradição criada por Mascarenhas de Moraes em 1945 ao depositar no Altar da Pátria, em homenagem aos nossos heróis da Guerra Mundial do Século XVII, os louros da vitória brasileira na Guerra dos Trinta Anos da Idade Contemporânea. Mas é importante assinalar que essa tradição marcial resgatada dos anos 1940 tem amparo na obra de Gilberto Freyre, filho pródigo do movimento intelectual de 1922, primeira tentativa de explicar o Brasil através da sua arte e cultura, ponto de encontro de todos os setores de uma sociedade na discussão do futuro comum.

Depois da Guerra Holandesa, quando o centro de gravidade das lutas externas se desloca para o centro-sul, nos séculos XVIII e XIX, aí vamos encontrar feitos e lideranças militares que coroam, confirmam ou consolidam vastos movimentos sociais, econômicos e geopolíticos. Menos espetacular, mas nem por isso menos definitiva para os contornos da nacionalidade, a silenciosa edificação dos inúmeros fortes e fortalezas na fronteira norte e centro-oeste são façanhas dessa época. Não pode ser esquecido também o ensino científico das aulas de artilharia e fortificação ministradas nas fortalezas – um desdobramento educacional da presença militar na História do Brasil –, que marcaria nossa arquitetura colonial, não só militar como também urbana, com monumentos testemunhais da evolução da própria nacionalidade.

Numa percepção histórica, segundo a qual a identidade nacional prescinde da organização formal do Estado em 1822 e, conseqüentemente, minimiza complexos coloniais e rupturas, é naturalmente preponderante o enfoque cultural das origens e o papel de algumas instituições, como o Exército, a Justiça e a Igreja. As próprias elites políticas, que ao assumirem o poder em 1822 vão enfeixar aquelas instituições, não poderiam deixar de ser produto natural desse processo de formação e evolução, no qual se destaca a fórmula original de separação da antiga metrópole, que algumas vezes esteve a ponto de se amalgamar com o Estado, o Principado e o Reino do Brasil.

A tradição militar brasileira, com suas peculiaridades advindas do processo de formação e evolução do país, tem nítido compromisso nacional e territorial, diferentemente de outras instituições estrangeiras congêneres. Ela também não se impõe a

outras tradições ou instituições nacionais, nem com elas conflita, por integrar a herança maior, cultural, que em 1822 se organizou politicamente de forma autônoma. Por isso tudo, a nossa História Militar se confunde com a própria História do Brasil, nos seus desdobramentos internos e externos, de forma legítima, como vem sendo até hoje.

A História Militar tem múltiplas funções na sociedade moderna. Integrada a outras ciências, deve ser capaz de vincular o pensamento militar à política e à cultura de uma nação. Estudada por civis e soldados, deve levar à verdadeira vitória, a obtenção da paz pela força militar, empregada ou cogitada. Dos militares ouvirão os civis os preceitos táticos, estratégicos e operacionais que condicionam as operações militares. Dos civis ouvirão os militares os métodos de pesquisa e as formas de percepção do ambiente social, político e econômico que conformam as guerras. Servindo à sociedade, a História Militar irá lembrá-la de seus legítimos valores marciais que a farão sobreviver quando agredida. Desse processo, só aparentemente complexo e sofisticado, emergirá a comunhão de propósitos que reduz os distanciamentos profissionais. É Tucídides que mais uma vez nos socorre, lembrando que a Nação que faz grande distinção entre seus soldados e seus intelectuais terá seu pensamento feito por covardes e suas guerras combatidas por tolos.


O estudo e a pesquisa de História Militar tem outro importante significado como instrumento metodológico de evolução da doutrina. Esse campo talvez seja o que requiera maior integração entre militares e civis, pois as ciências do comportamento, as técnicas de pesquisa, arquivamento e recuperação do conhecimento e a compreensão da questão tecnológica deverão obrigato-



riamente se integrar em prol da evolução de nossas linhas doutrinárias. O historiador tem função relevante na formulação da Política de Defesa Nacional, na medida em que interpreta acontecimentos passados recentes e distantes que sugerem uma continuidade ou uma ruptura, identifica vocações coletivas e antecipa acontecimentos. Precisamos produzir conhecimento, aplicado à Defesa Nacional, fundamentado nas nossas genuínas capacidades e adequado às nossas verdadeiras necessidades de nação democrática, potência regional e emergente, estável, pacífica e respeitada internacionalmente.

No momento em que o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil renova seus esforços pela interação das comunidades

universitária e militar no estudo da História Militar, não poderíamos deixar de formular, em nome de todos os confrades, nossos votos de sucesso a essa iniciativa. Ainda em nome de todos os confrades, expresso também o júbilo pela passagem desse aniversário, que encontra tão prestigiosa instituição fortalecida nos seus propósitos.

Finalizando, pergunto: podemos ainda ter uma História Militar? Sim, podemos, todos nós, brasileiros, civis e militares, enquanto nossa sociedade quiser se organizar como Estado, enquanto viver a Nação, enquanto existir o soldado, enquanto houver o Brasil. Que não percamos nosso rastro na espuma da popa e saibamos enxergar o rumo seguro por entre as ondas revoltas. 

*Só uma guerra é permitida à espécie humana;  
a guerra à extinção.*

Isaac Newton

*Cura-se a ferida que uma espada faz;  
é incurável, porém, o que faz uma língua.*

Provérbio árabe

*O mundo não está ameaçado pelas pessoas más,  
e sim por aquelas que permitem a maldade.*

Einstein

*A persistência é o caminho do êxito.*

Chaplin